

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008684-52.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Assembléia**
 Requerente: **Mariana Demarchi Guarda e outro**
 Requerido: **Empresa Júnior de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

MARIANA DEMARCHI GUARDA e RAPHAELA CRISTINA DA SILVA pediram a nomeação de administrador provisório para a **EMPRESA JÚNIOR DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**, porquanto ao longo ficou desprovida de administração regular.

Juntou documentos.

O Ministério Público justificou a desnecessidade de sua intervenção.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Conforme se depreende, a entidade associativa deixou de promover a regular nomeação de seus administradores ao longo do tempo, em assembléias de associados, esgotando-se os poderes dos que foram nomeados por último, carecendo agora de representação, ou melhor, de *representação*.

As pessoas jurídicas atuam mediante os órgãos previstos no estatuto e no contrato, que são, em geral, a diretoria e a assembléia geral ou o conselho deliberativo. Esses órgãos não representam propriamente a pessoa jurídica, que não é incapaz, mas apenas a *presentam*, como preleciona Pontes de Miranda (cfe. Carlos Roberto Gonçalves, "Direito Civil Brasileiro", Editora Saraiva, 2007, volume I, páginas 189/190).

Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório (Código Civil, artigo 49).

Trata-se de autêntica intervenção judicial na esfera privada. Justifica-se, porque



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a continuidade da pessoa jurídica em grande parte interessa a terceiros, não devendo sofrer solução de continuidade.

A falta de administração a que a lei se refere pode dar-se tanto por razões de ordem jurídica como de ordem material, ficando a entidade acéfala.

Não há procedimento específico na lei processual, mas, pela própria natureza do provimento almejado, deve-se seguir o geral da jurisdição voluntária (art. 1.103 do CPC).

Cessa a atuação do administrador provisório tão logo seja outro indicado na forma do ato constitutivo (Nestor Duarte, "Código Civil Comentado", Coordenador Ministro Cezar Peluso, Editora Manole, 2ª edição, página 56).

A nomeação recairá sobre a pessoa que tomou a iniciativa de postular a medida em juízo, depreendendo-se interesse seu, de regularizar a administração da associação.

Convém estabelecer um prazo para o exercício dessa função provisória, de modo a que, além de praticar os atos jurídicos necessários à administração, promova, convoque os demais associados e providencie, na forma estatutária, a nomeação e posse dos novos administradores. O prazo de três meses se afigura adequado.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e nomeio **MARIANA DEMARCHI GUARDA e RAPHAELA CRISTINA DA SILVA** administradoras provisórias para a pessoa jurídica **EMPRESA JÚNIOR DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**, com poderes de administração pelo prazo certo e determinado de três meses, contados da data do compromisso em juízo, incumbindo-lhes a prática dos atos ordinários de representação, previstos nos respectivos estatutos, bem como a convocação de assembléia geral para escolha e eleição dos órgãos diretores, comprovando nos autos posteriormente o registro da respectiva ata.

Defiro às promoventes o benefício da justiça gratuita.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 23 de agosto de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**